97

Discurso na abertura da Conferência Internacional para Integração e Desenvolvimento

SÃO PAULO, SP, 30 DE JUNHO DE 1997

Senhor Governador de São Paulo, meu companheiro Mário Covas; Senhor Presidente da Câmara dos Deputados, Deputado Michel Temer; Senhores Ministros de Estado que nos acompanham; Senhores Senadores; Deputados; Altas autoridades; Dr. Clésio Andrade, Presidente da CNT; Senhores Empresários;Senhoras e Senhores,

Quero expressar, de início, a satisfação de poder estar aqui, nesta manhã, diante deste auditório tão representativo e, desde logo, agradecer a iniciativa e as palavras do Presidente da CNT, Dr. Clésio, que, com generosidade, descreveu os desafios do Brasil e fez referências, mais do que as merecidas pelo Presidente da República. Agradeço, do fundo do coração.

Queria lhes dizer que é, para mim, uma satisfação estar aqui, por outros motivos também, não só pela presença maciça de tanta gente que cuida da questão dos transportes no Brasil, mas pela presença internacional, que é marcante. E há alguns dos mais ilustres pensadores do mundo contemporâneo. Eu queria expressar a minha satisfação nomeando apenas uma pessoa, pelas relações da amizade que nos une com a Argentina e

pelo papel que a senhora Maria Julia Alsogaray tem desempenhado, como Ministro do Meio Ambiente, no país irmão. Em nome dela eu saúdo a presença de todos os estrangeiros que nos acompanham.

Tudo isso mostra a importância, a relevância dessa iniciativa da CNT, de discutir as questões que nos desafiam, hoje, quanto à integração, ao desenvolvimento e à nossa entrada no novo mundo.

É praticamente impossível, hoje, falar-se de qualquer tema relevante sem que se faça referência a um processo, cujo conceito ainda é um tanto obscuro, mas que, de alguma maneira, magnetiza as atenções, que é a chamada globalização. É uma palavra cujo significado não se entendeu inteiramente, ainda, e cujo termo já se está gastando, tanto que ele é repetido.

Mas trata-se de um processo real. E um processo real que não deve ser confundido com uma opção valorativa. Pouco importa, nesta altura, saber se se quer ou não se quer; se teria sido melhor que fosse de outra maneira, ou não. É um processo. É um processo que se está impondo, e que tem conseqüências. Conseqüências que são variáveis.

Mas qualquer dos temas que nós abordemos – e o do transporte é um deles – imediatamente tem que se referir a esse processo mais abrangente, porque diz respeito a uma transformação muito profunda nas relações entre os Estados, entre os povos, no modo de produzir, no modo de nós nos comunicarmos e no modo, também, de nós nos deslocarmos no planeta Terra.

O que, ontem, podia parecer uma força de expressão, que era a referência que se fazia, continuadamente, à idéia de uma aldeia global e que, basicamente, nasceu entre os teóricos das comunicações, das revoluções no setor de comunicações, hoje não é simplesmente uma imagem, uma metáfora: é um processo que se está desenvolvendo a olhos vistos.

E, nesse processo, há alguns pressupostos, não só o pressuposto mais óbvio, de que nós estamos assistindo a uma nova transformação no modo de produzir. E já referi que tem, dentro dele próprio, no seu cerne, o fato de que o modo de comunicação mudou, de que a utilização das técnicas modernas de informática e de comunicação quase instantânea

produziram uma revolução, tudo, como se diz hoje, em tempo real. E, de alguma maneira, dá o marco das nossas ações cotidianas.

Mas, também, além disso, além dessas transformações, no plano da produção, no plano das relações entre os povos, há uma transformação muito grande, porque nós estamos assistindo à distribuição do poder, no mundo, de uma maneira inovadora. Inovadora, por quê? Porque, talvez pela primeira vez na História, nós estamos num cenário internacional que não é dominado pelo conflito político-militar entre blocos antagônicos.

O jogo internacional se deslocou para a competição econômica e incluiu um número crescente de atores. E, muitas vezes, a despeito da fraqueza político-militar relativa desses atores, na medida em que os atores são capazes de definir caminhos para o futuro, são capazes de se capacitarem, do ponto de vista tecnológico, e terem a capacidade organizacional de atuar em função dos objetivos que tenham sido definidos, esses atores, muitas vezes, conseguem se ombrear com aqueles que dispõem do poder político-militar.

É uma situação com a qual nós ainda não estamos habituados, uma situação inovadora, e muito recente, porque o confronto entre os blocos era um confronto basicamente político, ideológico e militar que obscurecia até os processos que já estavam operando e que já estavam, de alguma maneira, interligando as nações e os povos, as formas de produção, mesmo a despeito do conflito político-militar. Quando ele desaparece, ou melhor, não desaparece inteiramente, mas quando ele perde a centralidade na cena, se vê com maior clareza a quantidade de transformações pelas quais nós estamos passando.

Há alguns tempos, eu me referia a esse novo mundo que emergia comparando-o com o período do Renascimento. Não faltaram pessoas de curto alcance, mas com muita maldade, que imaginavam que eu estava descrevendo um mundo maravilhoso. O Renascimento também não foi um mundo maravilhoso para os que estavam dominados, para os que sofreram as conseqüências das transformações que lá estavam ocorrendo.

O mundo nunca é maravilhoso para todos. Mas há uma similitude efetiva entre um grande período da expansão do capitalismo comercial,

da eclosão do Renascimento e das Descobertas – naquela altura, em que o homem era a medida de todas as coisas, embora não fosse, na verdade, mas como referência passou a ser – e o que está acontecendo hoje em dia. De alguma maneira, naquele momento, sobretudo depois dos grandes descobrimentos e da conquista dos oceanos, o homem teve, pela primeira vez, a sensação de que poderia dominar o conjunto do planeta. Ele nem sabia como era o planeta. Nem sabia muito bem, ao deslocar suas naves da Europa, buscando a Índia, como dera na América. Não se tinha muita certeza de como seria isso. Não obstante, havia confiança no ser humano.

Então, assistimos ao começo dessa nova fase quando mandamos o homem à lua, quando também se marchou para o desconhecido. Mas, agora, marcha-se para essa integração, aqui no nosso planeta, que faz com que se voltem a colocar temas que ultrapassam a fronteira do local, da nação, dos choques entre as nações e se repõe um tema que era renascentista – perdoem que, nesta manhã, eu fale de coisas um pouco intelectuais –, o tema de que, efetivamente, era possível pensar na humanidade, no homem como sujeito de um processo que se estava desenvolvendo.

Aqui, queiramos ou não, os processos, com a globalização, deixaram de ser pensados em termos do limite menor, nesse sentido, do local, porque as conseqüências das ações de cada um de nós não só têm reflexos mais amplos, como elas, essas próprias ações, são conseqüência de processos mais amplos, são efetivamente a perspectiva da humanidade – que é o que deu nascimento ao humanismo posterior ao Renascimento e está posto de novo.

Como tenho dito muitas vezes e tive oportunidade de dizer frente ao autor dessa primeira revolução, que foi Gorbatchev: quando o primeiro de um dos poderes mundiais, num famoso livro, disse que não era mais possível pensar em termos de guerra, por causa do terror atômico; e que o terror atômico degradava a natureza, degradava a humanidade; e que não dava para pensar em termos de Estado-nação apenas, nem mesmo sequer da perspectiva de uma classe, como era a visão soviética, mas havia que recuperar a questão do meio ambiente e, junto com o

meio ambiente, recuperar a idéia de que há processos que são globais, que atingem a humanidade, ele estava, talvez sem o saber, provocando uma revolução da qual ele foi talvez a primeira e maior vítima, porque, no ato seguinte, não foi capaz ou não foi possível para ele se adaptar à nova circunstância, diante do quadro nacional. Mas isso não lhe tira o reconhecimento que devemos ter, de que ali se formulou uma fresta nova.

E essa fresta nova, hoje, está sendo tão enchida por um conjunto de atores. E, na medida em que nós pensamos em globalização – e os franceses chamam de mundialização, não falam de globalização; usam a expressão mundialização –, na medida em que temos que pensar com respeito ao mundo, não é mais possível que a restrição às nossas fronteiras nos impeça de ver o que está ocorrendo e nos obriga, como homens do Estado e como homens de ação – e vai obrigar os sindicados também, e vai obrigar a universidade também, a universidade que, por definição, já devia ser assim desde o início –, vai nos obrigar a todos a termos uma visão diferente da visão que tínhamos anteriormente. Só que essa competição que passa a existir, que é a competição entre economias, continua sendo delimitada, muitas vezes, por fronteiras nacionais. E, nesse processo de mundialização, que não é só uma mundialização, repito, do processo produtivo, mas a própria percepção dos limites da ação e dos condicionantes da ação, ela, de toda maneira, do ponto de vista estritamente político, ainda depende de uma conjunto de injunções de aparelhos institucionais, que são nacionais e que são estatais. Não existe uma ordem política mundial: existe uma ordem econômica que se mundializa, existem processos sociais que vão longe, os processos de comunicação permitem isso – navega-se pela Internet com a maior tranqüilidade –, mas as decisões em nível mundial não têm ainda a força jurídica – não sei se algum dia terão –, jurídico-institucional, de obrigar com legitimidade. A legitimidade continua sendo uma legitimidade em nível nacional.

Essa dualidade é constitutiva do nosso tempo. E, de qualquer maneira, em qualquer ação que nós pensemos, quaisquer programas que nós tenhamos, para discutirmos o Brasil que nós queremos, nós temos que

nos colocar desse ângulo, porque, se olharmos para o passado e não percebermos que o que conta é o futuro; se não formos capazes de projetar uma imagem dinâmica, para que possamos entender as nossas oportunidades no futuro, aí, sim, essa globalização, essa mundialização terá significado uma perda efetiva.

E, como todo processo histórico e político é uma aposta, ela está aberta. Não há, de antemão, a certeza de que vai ocorrer aquilo pelo qual nós nos estamos lançando. E essa é a beleza e o risco da política, quando a política é sentida não como um jogo mesquinho, de pequenos interesses, mas como um jogo de grandes desafios, como o que foi patenteado pelo Clésio.

Na medida em que entendermos a grande política como um desafio, nós, também, temos que inserir nesse entendimento a idéia de que nós nos jogamos por uma decisão, apostamos e tentamos construir esse caminho.

Esse é o desafio do mundo contemporâneo que, evidentemente, afeta desigualmente os países. Porque, na medida em que existe essa integração, essa integração tem pontos de partida diferentes. Alguns se integram a partir de um patamar tecnológico, cultural, de riqueza, muito maior do que outros.

E nós temos que imprimir velocidade às apostas que estamos fazendo, para que possamos, efetivamente, tirar o proveito que também existe nessa situação de risco criada pela globalização.

Os que choram pelo risco deixam de ver as oportunidades. Os que só vêem as oportunidades não percebem que também há riscos e que, portanto, é preciso não simplesmente aderir a um processo, como se ele fosse neutro. Não é neutro. Nós devemos tratar de modificar esse processo, na medida das nossas forças, que são desiguais. De qualquer maneira, a nós corresponde, historicamente, definir aquilo que nos pareça melhor. E, repito, essas definições não são internacionais, são nacionais, porque existe essa diferenciação entre um processo que é de globalização e as forças de legitimidade política, que são nacionais. Então, nós temos que, efetivamente, permanentemente, estar atuando nesses vários planos, para que possamos nos reorganizar.

O mundo de hoje – e isso é uma platitude – é completamente diferente do mundo de há dez anos – para não falar de mais tempo. E será diferente daqui a dez anos mais. E a nossa participação nesse mundo de aqui a dez anos vai depender da nossa compreensão desse processo e da nossa capacidade de ação com vontade decidida de avançar numa direção; e, ao avançar, de construir esse caminho.

Há, portanto, todo um caminho a ser construído, há toda uma oportunidade que, ao mesmo tempo, está sendo oferecida a nós, como países, aos nossos distintos países – os que estamos aqui. Mas nós temos obrigação de desenhá-lo.

A mim, muitas vezes, me deixa perplexo quando algumas pessoas dizem – aí já me referindo ao Brasil – que o Brasil está sem um projeto. Como, sem um projeto? Nós temos um projeto. Só que nas novas circunstâncias. E, nas novas circunstâncias, isso é importante, porque justifica por que estamos juntos aqui.

O projeto nacional não é mais o projeto feito pelo Estado. É o projeto que é feito pela Nação, é o projeto que é construído pela sociedade, que não dispensa o Estado, que não pode ser um projeto de mercado. Tem que ser um projeto que não é nem do Estado nem do mercado, mas que é da sociedade e que, portanto, implica uma costura de forças muito diversas, mas que implica liderança. E essa liderança, queiramos ou não, não está mais hoje limitada à liderança política. Ela é uma liderança que diz respeito, também, às lideranças sociais, do chamado "terceiro setor", dos vários setores populares, dos setores religiosos. É uma liderança muito mais difusa.

Mas, ao ser difusa, ela obriga. Em vez de dar a impressão de que ela dilui, em vez de diluir, ela força a necessidade de uma diretriz, obriga a uma diretriz.

E o que nós estamos fazendo, no Brasil, neste momento é, juntos, definirmos essa diretriz. Disse bem o Presidente da CNT. No nosso modesto esforço brasileiro de fazermos o nosso *aggiornamento*, o Real permitiu que nós olhássemos o horizonte. Ele não vai preencher o espaço do futuro. O espaço do futuro terá que ser preenchido pelo conjunto da sociedade, que, a partir de uma economia mais estabilizada, não só co-

meça a perceber o que é preciso mudar, mas começa a se indagar: mudar em que direção? Mudar para quem? Em benefício de quem?

E essa tarefa não é mais, repito, como foi, no passado, imaginada como uma tarefa de governo, de Estado, de ideologia, daqueles que, dominando o Estado, difundiam, para o conjunto da sociedade, as normas e davam o caminho. Agora, o caminho é muito mais complicado de ser tecido, porque ele requer uma presença mais ampla – portanto, mais participativa, mais democrática, mais aberta; e, ao mesmo tempo, ele requer, também, que nós não nos percamos nessa tessitura tão ampla e que haja alguns talhos de referência.

Fazendo, agora, alusão a um livro de um dos autores que foram convidados para estarem aqui: as placas estão menos perceptíveis, o roteiro é menos claro. Nós temos que recolocar placas, temos que recolocar roteiros, temos que redescobrir as sendas que nós estamos percorrendo, porque são novas. As antigas eram conhecidas e estavam sinalizadas. As novas, não sendo conhecidas, não podem ser, sequer, sinalizadas. Mas nós temos que começar a sinalizá-las. E isso é o que estamos tentando fazer, neste processo em que deixamos de apenas olhar o passado. E nós sabemos que estamos numa encruzilhada, sabemos que a globalização é uma realidade, sabemos que existem contingências de mercado. Sabemos que o Estado continua sendo importante – e vai continuar sendo importante –, mas sabemos, também, que o mais decisivo vai ser a capacidade que a Nação, como sociedade, possa definir para essa nova etapa.

Certamente, isso significa que nós vamos ter, sim, que mudar tudo, mudar o Estado, também; mudar a produção, também; mudar algumas organizações da sociedade, e o modo de inter-relacionamento delas. E, nesse novo mundo de risco e de oportunidades, as vantagens comparativas que um país em desenvolvimento, como o Brasil, tinha no passado deixam de ser as decisivas. Temos que buscar as outras, que são decisivas.

A abundância de recursos naturais, a mão-de-obra barata, a capacidade, ou não, bélica de cada país, tudo isso foi muito minimizado pelas transformações econômicas ocorridas. Tudo isso foi muito minimizado em função desse novo contingente de desafios que nós temos que

enfrentar. E, certamente, isso não quer dizer que não tenhamos que prestar atenção a esses recursos já referidos, aos naturais, à nossa capacidade em termos de disponibilidade de mão-de-obra, mas quer dizer que nós temos que adotar muito mais coeficiente tecnológico nas nossas produções; quer dizer que é muito mais importante nós entrarmos na era espacial, a nossa capacidade de fabricarmos tecnologia avançada, nossa capacidade de inserirmos valor, agregar valor à nossa produção, do que simplesmente exportar minério, por exemplo. Nem se imagine que uma exportação de minério tenha valor estratégico: muito mais valor estratégico tem uma fabricadora de aviões, sobretudo se forem aviões que se modernizem, sendo competitivos no plano internacional.

É uma revolução copernicana. E muitos, como aconteceu na época de Copérnico também, não iam entender, olham para o passado e choram o presente, sem ver que há um futuro promissor, que há condições de nós nos lançarmos a ele. E, para nós nos lançarmos a ele, temos que ter a compreensão desse processo, temos que qualificar mais. Não é a mão-de-obra: é o homem, a mulher, é o povo que tem que ser muito mais qualificado. Não se trata de qualificar mão-de-obra, até porque haverá uma grande mobilidade ocupacional no mundo do futuro. E, se formos qualificar para uma coisa específica, vamos é perder tempo na qualificação. Dado esse contingente – me perdoem a alusão outra vez – humanístico do mundo que se abre, nós temos que criar seres humanos com uma formação muito mais ampla e com uma capacidade de adaptação maior que nunca na História e, portanto, com grau de escolaridade muito maior, com uma capacidade de reflexão muito maior.

E, ao contrário do que falavam os pessimistas de passado recente, quando imaginaram que o mundo da mídia, o mundo da telecomunicação, das televisões e tudo isso seria um mundo que uniformizaria e que, portanto, imprimiria sobre os seres humanos uma placa da vontade autoritária, não é isso que está ocorrendo. Está ocorrendo que, cada vez mais, existe a capacidade de o indivíduo, outra vez, sem mencionar quantidade de opções desse novo mundo, sem mencionar caminhos, voltar a pensar até mesmo em termos renascentistas, como sendo individual, embora dentro de uma sociedade globalizada de uma dinâmica

enorme. Mas se está dando maior grau de liberdade nas escolhas, nas escolhas dos países, nas escolhas da coletividade e nas escolhas das pessoas, à condição de que o horizonte cultural esteja aberto, à condição de que tenha capacidade de escolher. E, para poder escolher, não basta haver opção, ou melhor oferta: é preciso que haja demanda, é preciso, portanto, que haja formação cultural necessária para que os povos possam se organizar para decidir. E que possam, então, participar. E essa demanda de participação vai ser crescente – e é bom que seja crescente. Num primeiro momento, será tumultuada, porque não existem ainda as condições das escolhas conscientes, que levam um tempo, mas elas estão aumentando.

A massa de informações e o bombardeio de informações pelos quais passa o cidadão não esmagam a condição de ele ter a preparação para fazer, ele próprio, a seleção, porque ele vai cada vez menos aceitar os clichês que lhe são impostos por alguns desses órgãos que têm capacidade de impor clichês. Existem muitos estudos que mostram já a reação do consumidor, do eleitor, do que seja, que não se deixa levar, pura e simplesmente, por uma onda que se crie. Ele seleciona, ele separa, ele tem capacidade de discernimento. Portanto, nós não estamos baixando para um horroroso mundo novo: há a condição de nós generalizarmos a educação, há a condição de generalizarmos a capacidade de as pessoas se haverem com os desafios tecnológicos do mundo contemporâneo.

Talvez eu tenha até falado já demais a respeito de temas tão genéricos. Mas eles são fundamentais. São fundamentais para tudo. São fundamentais para o exercício da cidadania, são fundamentais para a produção da cultura, são fundamentais para a possibilidade da competição econômica, que deixa de ser uma competição meramente cega. E é só ver as transformações que estão ocorrendo no plano da produção, aqui mesmo no Brasil, para ver que nós estamos voltando, me perdoem de novo a referência histórica, a um novo *putting out system. Putting out system* era o que acontecia quando houve a formação das manufaturas no início do capitalismo, em que as fábricas não existiam como produção de tudo, senão que se contratava até mesmo as famílias para produções por partes, que depois se juntavam na fábrica. Hoje, na fábrica

moderna, podem-se fazer caminhões, automóveis. De alguma maneira, há um *putting out system*, só que ele é localizado num espaço geográfico: trazem-se firmas diversas para que elas possam dar uma contribuição na feitura de um só produto e se valoriza a marca de cada um, e às vezes até a marca de cada indivíduo, como começou na Suécia há alguns anos. E, agora, há caminhões no Brasil que são "assinados" pelo responsável pela produção daquele caminhão.

Então, o mundo que nós estamos vivendo, que nós criamos é o oposto do mundo do Carlitos dos *Tempos Modernos*, em que a máquina dominava o homem e o homem era o apêndice da máquina. Nós estamos assistindo à possibilidade – estou falando na fronteira, não estou falando na média – de que, outra vez, o homem possa ser decisivo fator na produção, em qualquer setor. Então, a qualidade, a gestão passa a ser mais importante, às vezes, do que o recurso material, o próprio dinheiro ou a própria existência de máquina. Passa-se a inverter: o que vai ser decisivo será a capacidade do homem, do trabalhador, do gerente, do engenheiro, do universitário, do professor, do político, do dirigente de sindicato, de quem seja. Esse é o nosso mundo novo, é o nosso desafio. Diante desse mundo novo, do nosso desafio, o Brasil, hoje, tem a obrigação de se posicionar de maneira muito positiva, muito clara e muito construtiva.

Não quero, aqui, fazer referências desnecessárias aos esforços que têm sido feitos. Mas, pensem os senhores que são da área de transporte, hoje esse mesmo processo de globalização é sensível na área dos transportes. O que ele requer, e aí é curioso, é que, ao mesmo tempo que nós possamos abrir nossos caminhos *hacia afuera*, para o exterior, nos integremos mais no interior, porque senão não teremos nem como nem o que transportar para o exterior. E é o que estamos fazendo, por exemplo, na retomada dos portos. Só mencionarei três, cujos nomes não são ainda cotidianos no Brasil – Sepetiba, Suape e Pecém –, para que nós somemos esses três a outros tantos, uns dez, que aí existem. É preciso modernizar a gestão. Já está sendo feito isso. Basta ver o que vai acontecer com o porto de Santos em pouco tempo e a redução do custo do transporte por esse porto. Para melhorar a gestão, as dificuldades são

imensas, incompreensões inúmeras de lado a lado; mas, pouco a pouco, vai-se chegando a um modelo que acabará por se impor, por ser mais racional e melhor. E, quando digo melhor, tem que ser para todos, não pode ser melhor para um lado só, tem que ser melhor também para os trabalhadores, não pode ser só melhor para os empresários. Porque, se for melhor para um lado só, não vai dar resultado, porque a nossa sociedade é participativa. Ela requer uma consideração ao conjunto e não, apenas, a alguns.

Também não só os portos. Nas estradas, também. Nós olhamos o mapa do Brasil e ficamos todos abismados, porque as nossas saídas são poucas.

Nunca recebi tantos pedidos para fazermos pontes, para ligarmos o Brasil com a Argentina ou o Brasil com o Uruguai. O Brasil e a Argentina não tinham ligação, até porque, na fase anterior, político-militar, a estrada era um perigo: "Lá vem a invasão." Nunca veio. Mas a percepção era de que seria melhor uma zona de segurança, e zona de segurança é uma terra de ninguém. Hoje, querem pontes. Dentro de poucos meses eu devo estar inaugurando, pelo menos, mais uma, lá em São Borja e São Tomé, ligando o Brasil à Argentina.

É só subir qualquer dos nossos rios. Suba o rio Uruguai, para ver as demandas das populações ribeirinhas. Querem mais pontes, querem mais ligação. Um dia teremos a ponte ligando, também, Buenos Aires ao Uruguai, para que possamos, então, entroncar essa ligação, como uma imensa ligação que estamos duplicando – é uma forquilha, sai do Rio uma ponta, outra de Belo Horizonte – de Belo Horizonte a São Paulo. No Rio, a Dutra foi concessão de serviços públicos. A BR-116 vai descendo por São Paulo para o Paraná – a antiga "estrada da morte". Eu e o Governador já estivemos lá, recentemente, dando início às obras. Mais embaixo é a 101, que vai permitir uma ligação melhor de Santa Catarina. E, mais adiante, daqui a pouco, o Ministro estará fazendo a licitação para chegarmos até Osório, e depois chegaremos a Jaguarão, e de Jaguarão vamos para o Uruguai.

É assim: ao mesmo tempo em que nós temos que abrir caminhos para fora, temos que consolidar os caminhos internos. E, pela primeira

vez, o Brasil descobre que tem rios e que são dezenas de milhares de quilômetros em rios navegáveis. E uma obra relativamente simples, do rio Madeira, ligou – como eu fui lá ver – Porto Velho, passa por Humaitá, passa por Manaus, a Itacoatiara. Um terminal graneleiro em Porto Velho, outro em Itacoatiara. Redução do custo do transporte da soja de 20, 30, 40%, utilizando aquilo que é a nossa maior riqueza, que são os rios. E a navegação far-se-á controlada por satélites e, portanto, à noite também. É preciso derrocar alguns obstáculos que por lá estão. Já está feito, já está a caminho, esse é navegável, e se incorpora uma via nova.

Abre-se uma estrada que vai de Manaus a Caracas; e, quem sabe, a Zona Franca, em vez de vender mercadorias para nós, exporte, mesmo, as suas mercadorias através do Caribe. Faz-se um pouco de esforço, e o rio São Francisco passa a ser navegável. Constrói-se um pedacinho de Unaí–Pirapora, e se liga o Centro-Oeste a Vitória. E o porto de Vitória, porto extraordinário, tem outra projeção, e barateia os transportes. O Tietê-Paraná: em pouco tempo mais, vamos lá estar com o Governador Mário Covas, terminando, a estrada. Faz-se uma ponte, e essa estrada-de-ferro que vai ligar Mato Grosso a São Paulo, a Ferronorte, que vai para o Sul, estará feita. Um pedacinho mais, e, lá em cima, a Norte-Sul vai até Estreito: Imperatriz–Estreito.

O rio Araguaia – Tocantins: com um pouquinho – depende um pouco do Rima – Relatório de Impacto Ambiental –, um pouquinho de recurso, sei lá, 50, 60 milhões de reais, você tem um eixo que vai do coração do Brasil, sobe, vai até o norte, chega lá, faz a intermodalidade, transporta para o trem, vai para Itaqui, sai pelo mar adentro.

Isso vai ser feito, porque tem que ser feito. Se nós não fizermos isso, não teremos como fazer com que o Brasil se integre nesse processo extraordinário de transformação e que, por conseqüência, passa a ser não só um processo de globalização, no sentido externo, mas de integração, no sentido interno.

E as nossas regiões que, antigamente, pareciam as mais remotas, passam a ser regiões que estão incorporadas à dimensão do ser brasileiro. Lá, nas planícies que existem, no norte do Mato Grosso e em Rondônia, tudo isso passa a ser valorizado e facilmente agriculturável, por

essa via do rio Madeira. O que se vê lá naqueles campos fantásticos de Roraima – fantásticos, mas vazios – passa a ser possível, através tanto da estrada para a Venezuela quanto do porto de Itacoatiara.

Enfim, dei alguns exemplos, poderia dar muitos outros – e tenho tanto entusiasmo, por isso eu sei de cor –, só para lhes dar uma idéia de que, efetivamente, nós estamos mudando o Brasil, para que o Brasil possa enfrentar esse grande desafio, com riscos, mas com oportunidades. E, em vez de maximizar os riscos e chorar as perdas, nós estamos maximizando os ganhos e cantando amanhã, depois de amanhã, quando seja, mas construindo a vitória. E vitória se constrói trabalhando, e se constrói com consciência, sabendo o que é possível e o que tem que ser feito. E tem que ser feito.

Um país não se transforma só com obras físicas. E, nesse novo mundo, que todos conhecemos já nas suas grandes linhas, certamente não haverá, aqui, o famoso "choque das civilizações". Eu conversava, no avião, com o Ministro Sardenberg, sobre Huntington. Aqui não vamos ter choque de civilização nenhuma, aqui há muito mais homogeneidade civilizatória, não temos fundamentalismos e desafios mais complexos.

Esse mundo todo, que está se transformando, repito, vai depender de nós generalizarmos a educação – educação primária, educação secundária, melhoria das universidades, melhoria tecnológica –, para que, efetivamente, possamos melhorar a qualidade de vida, a saúde, que depende muito de educação, a queda da mortalidade infantil.

Então, não é um projeto nosso, não é meu, não: é do Brasil. Não é um projeto simplesmente de obra, não é plano de metas que era necessário na sua época; hoje é plano de país, plano de sociedade, vida melhor para o povo, para ter melhor distribuição de renda – como começa a ter –, maior capacidade de consumo, mas, sobretudo, melhor discernimento. E, portanto, requer todo esse esforço no terreno educacional.

É certo que, para que possamos completar, ou melhor, levar adiante com mais segurança essas transformações todas, precisamos continuar reformando. Reforma, no mundo de hoje, não é um momento nem um ato que o Presidente da República assine. Não é por falta de vontade política que as coisas não ocorrem: é porque a reforma, hoje, é um

estado permanente, é um processo que requer a ação conjunta de muitos. O Presidente da Câmara está aqui presente. Nunca, que eu me lembre, que eu saiba, na História, nenhuma legislatura, tirando as constituintes, mudou tanto como a atual. O marco jurídico-institucional do Brasil está mudando. Não apenas me refiro às chamadas reformas constitucionais, à flexibilidade dos monopólios, às reformas já mencionadas da Previdência e da Administração, que ainda estão em marcha. Mas me refiro a um conjunto de medidas – assim, ao acaso, citando algumas: nova lei de telefonia, que está no Senado e será aprovada; nova lei da criação da Aneel, que é órgão de energia elétrica, que já está aprovada; nova lei do petróleo: estamos a poucas semanas de sua aprovação final no Senado; nova lei das sociedades anônimas; nova lei de diretrizes e base da educação; nova lei de concessão de serviços públicos. Tudo isso é de agora, desses últimos dois anos e meio. A velocidade foi muito maior, historicamente falando. Para quem está na Presidência, para quem está na luta, nós achamos que está devagar, tem que fazer mais, não é possível. Não. Tem que ter sentido de urgência. Mas quando a gente se afasta um pouco do dia-a-dia e olha com uma perspectiva mais ampla, muita mudança está ocorrendo. Os efeitos das mudanças institucionais, jurídicas, não são imediatos, eles fazem se sentir no tempo. Far-se-ão sentir no tempo essas mudanças.

Disse, com muita razão, o Dr. Clésio que nós precisamos mudar mais do que simplesmente a administração, precisamos mudar o Estado. Como é que se muda o Estado? Primeiro, é um marco jurídico-institucional; depois, é um processo cultural. No marco jurídico-institucional, essas reformas, algumas das quais já referi, como, por exemplo, a criação do Aneel, da nova agência de energia; a nova agência de petróleo; a nova agência de telefonia; amanhã, quem sabe, uma nova agência dos transportes – discussão a ser feita: vai ser uma agência só, só de rodovias? Entram juntos os transportes aquaviários? O que se faz, enfim, com o conjunto de atividades é uma discussão a ser feita. Mas essas novas agências dão uma nova feição ao Estado. Por quê? Dentro de dois, três, quatro anos, elas terão mais efetividade de que as estruturas burocráticas dos ministérios. E elas são um espaço público diferente

do espaço estatal anterior. No espaço estatal anterior, havia burocracia e, eventualmente, a penetração de interesses privados ou de setores do próprio Estado que, em conluio controlavam as decisões.

Aqui se está propondo uma esfera de decisão que depende, é certo, de o Presidente da República designar as pessoas, mas o senador define o mandato. E haverá regras. E serão regras para dar garantias a quem enfrenta a burocracia, não ao investidor, mas ao consumidor. E terá de haver uma ação muito direta de interface com essas agências. Isto é o novo Estado na área de infra-estrutura.

Da mesma maneira, na área de serviços sociais, que são fundamentais, nós estamos descentralizando: educação, saúde, previdência. Nós estamos tentando criar mecanismos de controle social direto. Se o dinheiro vai para a escola, a professora vai fazer o quê com o dinheiro? Tem que haver uma Associação de Pais e Mestres que defina o que se vai fazer com o dinheiro. Mas vamos mandar o dinheiro para a escola: acabou o poder político no que ele tem de mal, não no que ele tem de bem; porque o que ele tem de bem vai acompanhar a decisão, vai acompanhar a política educacional, mas não vai ter que acompanhar a liberação do recurso, porque esse recurso tem que ser liberado de forma automática. E nem vai liberar, porque os recursos devem passar o mais próximo do usuário, à condição de o usuário ser capaz de controlar o uso do recurso. Portanto, isso não vai diminuir o poder de fiscalização do Estado, nem da República, nem da União, que tem que ser aumentado. Aí nós não estamos mais, nem no caso da infra-estrutura, nem no caso das ações sociais, lidando com o Estado que é, ao mesmo tempo, investidor, controlador e que, portanto, abre margens a processos não muito lisos de decisão sobre a destinação dos recursos. Nós estamos criando um Estado que tem que ser muito mais programador, estimulador, terceirizador de recursos e indutor de caminhos. Isso leva mais tempo, porque implica uma mudança cultural do funcionário, do usuário, do parlamentar, do detentor do poder, que tem que se habituar a uma nova estrutura de decisões às vezes mais lenta. E os processos de controle social são mais lentos, os democráticos são mais lentos, mas é outra a estrutura.

Então, esse novo Estado tem que ser criado – está sendo criado e pode ir mais depressa. Por que eu peço tanta urgência, sempre, para a reforma administrativa, sobretudo? Porque é o terceiro elo. Um diz respeito à infra-estrutura, outro é o que diz respeito aos órgãos de ação social e o outro é o funcionário propriamente dito – as regras de recrutamento, de estabilidade, de desempenho, as carreiras, os salários que têm que ser revistos porque são baixos em muitos setores, e assim por diante. E esse depende ainda de ação governamental.

É um desafio. Estamos ansiosos, precisamos estar ansiosos. E o Governo precisa da ajuda da sociedade, da pressão da sociedade sobre o próprio Governo, sobre o Parlamento. Pressão no sentido positivo de diálogos, de tentar convencer do por quê é preciso. O mesmo se aplique a todos os demais setores, como na questão da previdência, que é um grande desafio do mundo contemporâneo. Qual é o grande desafio a que eu aqui me refiro? O desafio é que nós estamos diante de uma situação na qual certamente a esperança de vida aumenta, o peso dos mais velhos será crescente na população, proporcionalmente, no conjunto da população; o dos mais jovens, menor, porque as taxas de fertilidade, natalidade, portanto, demográfica são taxas decrescentes. A transição demográfica no Brasil foi rapidíssima. Os que falavam sobre essa matéria há 20 anos eram catastróficos. Hoje, nós temos uma curva absolutamente moderna nessa matéria. Por volta do ano 2015, a nossa população estará estabilizada, mal vamos repor o número de habitantes. Portanto, teremos escolas – já temos – suficientes, teremos talvez até creches: vamos ver, ainda não temos. Mas não teremos abrigos para os mais idosos ou lazer para os mais idosos, uma série de modificações, no plano da política social, que dependem da demografia e que vão estar aí, presumivelmente. Mas o peso dos mais idosos será grande.

É preciso que modifiquemos a Previdência Social, em que existem aberrações, como há no Brasil, sobretudo não no setor privado, mas no setor público, em que as pessoas se aposentam com menos de 50 anos. E vão ter, porque os que chegam aos 50 anos não têm uma esperança de vida de 66. Sessenta e seis é quando nasce. Quando se chega aos 60, para os que chegam, a esperança de vida vai para 75, 80.

Portanto, quando as pessoas se aposentam com 50, nós temos que ver que, durante 25, 30 anos, elas não estarão produzindo, terão as suas pensões pagas por terceiros. E, como a população não vai aumentar na mesma velocidade, nem a população economicamente ativa, de onde é que se vão tirar esses recursos? Não precisa ser nem catastrofista, nem gênio para perceber que o sistema não fecha e que, se não buscarmos uma fórmula para resolver a questão da Previdência, quem não terá Previdência serão os que hoje não são idosos ainda. E, quando chegarem a serem idosos, não haverá recursos para que nós possamos atendê-los.

Portanto, é melhor fazer, já, formas que permitam a capitalização, que permitam uma contribuição definida, e não benefícios definidos e com uma contribuição indefinida – e essa indefinição é sempre para menos, e não para mais –, porque isso quebra o sistema de Previdência.

Não é para perseguir aposentados. É por isso que o Congresso precisa ter a coragem de votar pelo País, e não por meia dúzia de *lobbies* que se fazem, no Congresso, dos mais ricos – mais ricos entre os empregados –, que são aqueles que têm capacidade de chegar lá para gritar. E o Congresso, muitas vezes, se esquece – a minoria; a maioria, não –, a minoria faz o barulho, que é para dar a impressão de que as medidas propostas são contra a maioria, quando é exatamente o oposto. É o que está acontecendo.

Então, nós precisamos, sim, da reforma da Previdência; nós precisamos, sim, da reforma administrativa; nós precisamos, sim, da reforma judiciária; e nós precisamos da reforma política.

Eu poderia – ou deveria, mais do que poderia – dar uma explicação de por quê não começar pela reforma política. Porque, talvez, se tivesse começado por ela, estivéssemos até hoje nela. Muitas vezes me perguntam: "Mas por que não se começou pela reforma da Administração e da Previdência?" Porque, se tivesse começado por aí, eu não teria as reformas econômicas, o Real não estaria como está. E nós não teríamos condições de continuar, sequer, falando em reformas.

Comecei por onde havia possibilidade de ter resultados. E resultados que deram a energia ao País e ao Governo para que ele pudesse prosseguir no rumo das reformas. Mas o rumo está traçado. Far-se-á o que for possível, com a colaboração que não me tem sido negada pelo Congresso,

repito aqui. Muitas vezes, há uma confusão. Como nós estamos na regra dos três quintos, é a minoria que integra as mudanças, não é a maioria.

É verdade que parte dos que dizem, formalmente, que são da maioria votam contra. E, por isso nós não chegamos sempre aos resultados de que necessitamos. Mas, quando se vêem as votações, nota-se que a imensa maioria do Congresso percebeu, sentiu que o Brasil requer urgência e que o passado não pode servir de balizamento para o futuro. E que, quanto mais depressa nós tenhamos o desenho desse futuro, realmente com consciência, melhor será para o conjunto da cidadania.

Acho, portanto, que esse é desafio do Brasil que queremos, é o verdadeiro desafio. Nós queremos um Brasil mais dinâmico. Nós queremos um Brasil que não seja como avestruz, nem como caranguejo, que não fique só nas costas nem enfiado com a cabeça na areia. Um Brasil que olhe o mundo, mas que, ao olhar o mundo, não se perca no horizonte, senão que ele entenda que, para que nós possamos avançar na direção desse horizonte, nós temos que mudar aqui mesmo. Mudar em tudo: mudar na infra-estrutura, mudar nas instituições, mudar na cultura, mudar no modo de nós encararmos as coisas e, sobretudo, mudar na confiança em nós próprios.

Concluo – porque, com a minha velha vocação de professor, toda vez que posso, falo demais – dizendo o seguinte: talvez o benefício maior do Real tenha sido o fato de que fizemos um programa que, com todos os ingredientes técnicos, não foi tecnocrático; que foi explicado ao País; que o País entendeu até a técnica mais complexa, que era a URV – a Unidade Real de Valor. E, por isso, a população entendeu qual era o passo e passou a acreditar.

Vamos manter uma política de controle inflacionário. Não vou me afastar desse caminho por nenhum desvio. E não adianta vir falar em nome do social, porque estará mentindo. Não haverá social sem uma moeda forte. Não haverá atendimento da população sem uma economia dinâmica. Então, não me venham com conversa de "social", porque passei minha vida toda, toda, lutando por mais igualdade. E continuo a lutar.

Os que falam, muitas vezes falam para evitar que se universalizem as vantagens das coisas. Nós vamos continuar lutando pelo social, mas

sabendo que isso só se faz quando se tem a coragem de tomar as decisões, não importando a popularidade.

E não haverá um ato meu, como Presidente da República, ou como Ministro, que tenha sido feito com outra motivação que não a de fazer o que eu acho – eu, humildemente, porque não sou eu: discuto –, mas fazendo o que é certo. Se for certo, eu faço, custe, eventualmente, num dado momento, a oposição aqui e ali, a popularidade aqui e ali. Porque eu acredito no caminho.

Então, o Real, que foi feito com a população acompanhando as coisas, devolveu ao brasileiro e à brasileira a confiança. Estabilidade não é só que a inflação não sobe – e é necessário que as contas estejam equilibradas –, é muito mais do que isso: é a previsibilidade, é a certeza de que o Governo não vai tomar decisão que, de repente, bloqueie os bens de quem quer que seja; de que o trabalhador não vai ser enganado, num contrato que faz; de que o salário dele é aquele mesmo, não vai perder, no curso do mês, pelas forças da inflação.

Estabilidade, portanto, é esse sentimento que outro dia mencionei como "força de calma". O Brasil cansou do ziguezague, cansou do *suspense*. Eu vejo os que vivem tentando dar a impressão de que nós estamos sempre à beira do abismo: "Vai cair, vai fracassar, vai não-sei-o-quê." Não têm mais quem escute, porque não é assim que as coisas ocorrem.

Claro que há problemas, claro que há dificuldades. Mas não são dificuldades que nós não podemos suplantar, não são problemas que vão limitar a nossa ação, como Nação autônoma na sua atuação.

Essa eu acho que foi a maior contribuição do Real, feito como um processo que não foi feito por ninguém, senão que pelo conjunto de um país, que tomou consciência de que aquele caminho não servia mais, de que queríamos um outro. E nós temos um caminho. O Brasil já pode dizer o que quer. Eu espero que, no final desta reunião, vocês façam uma grande contribuição, adicional ao que tem sido feito, dizendo: "Queremos isso e não queremos aquilo." Mas acreditamos. Acreditamos em cada um de nós, acreditamos nesse povo, acreditamos neste país.

Muito obrigado.